

O LEGADO DE FRIEDRICH LIST NO SÉCULO XX E O DEBATE SOBRE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA EUROPÉIA

Autor: Flávio dos Santos Oliveira

Filiação: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Resumo: O artigo detalha o entendimento de Friedrich List sobre as vantagens e proventos advindos da união aduaneira, considerando-se o caso do *Zollverein*. Ressaltam-se as contribuições da *Friedrich List-Gesellschaft* (FLG) (Sociedade Friedrich List) quanto à proposição de medidas factíveis para a reestruturação da economia alemã após a Grande Depressão (1929). Examinam-se, em seguida, aspectos da *Anschauliche Theorie* (Teoria Intuitiva) do eminente Prof. Edgar Salin, a fim de elucidar sua concepção de teoria geral da economia. Por fim, coloca-se em evidência o papel desempenhado pela *List-Gesellschaft* (LG) (Sociedade List) no que concerne à fundamentação teórica da integração econômica européia. Constata-se que, apesar de todo o aporte fornecido pela LG para o fortalecimento da Comunidade Econômica Européia, o argumento capital de List em matéria de livre comércio parece, de certo modo, não ter sido apreciado em toda sua extensão pelo grupo.

Palavras-chaves: *Zollverein*, *Friedrich List-Gesellschaft*, *List-Gesellschaft*, Teoria Intuitiva, integração econômica européia.

Abstract: The article details Friedrich List's understanding about the advantages and earnings resulting from the customs union, considering the case of *Zollverein*. Next, *Friedrich List-Gesellschaft's* contributions in regard to the devising of feasible measures for restructuring the German economy after the Great Depression (1929) are put into evidence. Afterwards, Edgar Salin's *Anschauliche Theorie* (Intuitive Theory) is examined in order to better understand his conception of general theory of economics. Finally, the role played by *List-Gesellschaft* (LG), in founding the theoretical basis of European economic integration is outlined. It is noteworthy that despite all the support provided by LG for the strengthening of the European Economic Community, List's capital argument on free trade seems to have, to some extent, not been fully appreciated by the group.

Keywords: *Zollverein*, *Friedrich List-Gesellschaft*, *List-Gesellschaft*, Intuitive Theory, European economic integration.

Classificação JEL: B10, B15; B31.

Área de submissão ANPEC: 01. História do Pensamento Econômico e Metodologia

Introdução

Daniel Friedrich List (1789-1846) é comumente apresentado como o maior representante do protecionismo, por ter preconizado restrições temporárias às importações como forma de desenvolver a economia nacional.¹ Esse, no entanto, é um modo simplório de interpretar o pensamento do economista suábio. List foi um dos fundadores do grande movimento em prol do livre comércio entre os Estados Alemães, o que eventualmente destruiu mais alfândegas e mais obstáculos do que até mesmo os turbilhões políticos da ocupação francesa. Durante sua atividade como editor do *Württembergische Archive* e no *Volksfreund aus Schwaben*, List lançou as bases do *Zollverein*, com o objetivo de abolir todas as tarifas e pedágios de trânsito entre os vários Estados Alemães e estabelecer um sistema comercial e alfandegário comum para a futura Alemanha (LIST, 1815, p. 2209-2214; FURNISS, 1909, p. 433; CHANG, 2007a, p. 33). Posteriormente, na década de 1950, o *Zollverein* foi tomado como paradigma a ser seguido no processo de integração econômica européia, ainda que desconsiderando-se um conjunto de fatores que concorreram para o seu sucesso.²

Decerto, os acordos comerciais assinados entre os diversos países europeus intencionavam superar as rivalidades e os ressentimentos gerados pelas guerras, buscando no fortalecimento econômico um meio para fazer frente ao rápido crescimento do Japão e, sobretudo, dos Estados Unidos. Entrementes, estudiosos como o célebre Prof. Edgar Salin forneciam suporte teórico para o esclarecimento de questões importantes a respeito da união aduaneira, como a uniformização dos pedágios de trânsito, flexibilidade das taxas de câmbio, política de preços, extensão do mercado, unificação monetária etc. Salin, na verdade, é considerado um dos mais influentes eruditos alemães do século passado, com estudos que abrangem um vasto campo do saber, com destaque para filosofia, história e, principalmente, economia, em que empreende, entre outras coisas, um estudo histórico-etimológico dos principais conceitos econômicos, dos gregos até o limiar do século XX, tendo em vista fundar as bases para uma compreensão global do fenômeno econômico, isto é, combinando a precisão das ciências exatas à maleabilidade das ciências das humanas.

Infelizmente, há ainda no Brasil muito poucos estudos sobre o pensamento econômico alemão do século XX. Por isso, uma contribuição deste artigo é, de certa forma, lançar luz sobre alguns temas de suma importância para a história do pensamento econômico contemporâneo. A princípio, delinea-se o processo de implantação do *Zollverein* nos domínios alemães e como isso acarretou a integração econômica e, em seguida, a unificação monetária. Destaca-se, outrossim, como o sistema de transporte ferroviário foi fundamental para articular os mercados e concretizar aquilo que List denomina unidade das forças produtivas. Adiante, ressaltam-se os esforços dos intelectuais reunidos na *Friedrich List-Gesellschaft* para a divulgação do pensamento de List, bem como para a proposição de soluções factíveis para a crise de 1929, concedendo-se especial atenção às conferências promovidas por esta entidade. Na terceira seção, discute-se a concepção de *Anschauliche Theorie* (Teoria intuitiva) de Edgar Salin, bem como o entendimento de Friedrich Gottl-Ottlilienfeld e Arthur Spiethoff sobre uma teoria geral da economia. Por fim, salientam-se as contribuições da *List-Gesellschaft* (LG) (Sociedade List) quanto ao esclarecimento de questões fundamentais sobre união aduaneira.

¹List acreditava que a melhor política seria começar com tarifas moderadas e elevá-las por meio de uma escala predeterminada até que elas se tornassem suficientes a assegurar à indústria nativa uma posição dominante no mercado interno. Em sua lógica, isso aumenta a concorrência entre os fabricantes nacionais, de modo que a competitividade eleva a produtividade, forçando a queda progressiva do preço dos manufaturados. Quando a manufatura autóctone alcançar posição dominante no mercado nacional, não faz mais sentido manter elevadas as tarifas, podendo-se reduzi-las à escala favorável à introdução do livre comércio (LIST, 1983 [1841], p. 115-312).

²Embora haja uma série de motivos potenciais que explicam por que os Estados Alemães se juntaram ao *Zollverein*, estudos recentes salientam a necessidade de maior acesso ao comércio internacional. Com a crescente adesão ao *Zollverein* sob a liderança da Prússia, alguns Estados, sobretudo ao Sul da Alemanha, temiam ficar isolados e perder, assim, o acesso à costa do mar do Norte e os ganhos advindos disso. Além disso, os proventos gerados pela união aduaneira não foram imediatos. Nos seus primeiros oito anos de operação, o *Zollverein* não gerou significativo ganho econômico, já que não conseguiu promover a rápida industrialização dos Estados participantes, nem afetou fundamentalmente a dinâmica regional que caracterizava então o avanço das forças produtivas alemãs (DUMKE, 1991, p. 91; LEE, 1988, p. 351).

1. O *Zollverein* e a integração econômica dos Estados Alemães

List nasceu a 6 de agosto de 1789, em Reutlingen, cidade livre imperial situada ao sul de Stuttgart. Após distinguir-se como burocrata, ele foi nomeado, em 1816, primeiro professor de Administração e Política (*Staatspraxis und Saatswissenschaft*) na Universidade de Tübingen (LEVI-FAUR, 2012, p. 156). Tornou-se secretário consultante da *Deutsche Handels- und Gerwerbeverein* (*Associação Industrial e Comercial da Alemanha*) e, em seguida, Deputado na Assembléia Legislativa de Württemberg, onde atuou ativamente em prol da integração econômica dos Estados Alemães. Seus artigos da época constituem prova irrecorrível de que ele foi um dos principais idealizadores do *Zollverein* (União Aduaneira dos Estados Alemães), ao propor a unificação dos mercados, sob a regência de um parlamento comum (DAASTØL, 2016, p. 87-103). Em seu entendimento, o *Zollverein* deveria unir uma nação historicamente dividida, uma vez que a confluência dos interesses econômicos particulares serviria de elo à instituição de um sentimento nacional, que deveria suprimir todos os obstáculos ao tráfico interno (LIST, 1846a [1850], p. 370-371). Ao se referir aos inúmeros portos de alfândegas espalhados pela Alemanha, ressalta List que para ir de Hamburg à Áustria, ou de Berlim à Suíça, contavam-se dez aduanas e dez portagens, que além de dificultar o comércio, oneravam sobremodo o preço final das mercadorias (LIST, 1850 [1819], p. 17).

Um ano antes de List elaborar sua petição enfatizando a necessidade de abolir os direitos aduaneiros internos na Alemanha, a Prússia tinha empreendido reforma drástica em seu próprio sistema tarifário, embora visasse unificar apenas as aduanas dos territórios estritamente prussianos, em vez de promover a união de todas as aduanas espalhadas ao longo do território alemão (HENDERSON, 1975, p. 32-33; HALLERBERG; WEBER, 2002, p. 5; SNYDER, 1995, p. 5). Nesse ínterim, outros Estados alemães, especialmente no sul, começaram a negociar acordos comerciais entre si. Após anos de atividade política e negociações articuladas muitas vezes sem êxito da parte de List e seu grupo, Baviera e Württemberg consentiram em formar uma união aduaneira em 1827. Pouco depois, Hesse-Darmstadt concordou em aderir ao sistema prussiano em 1828. Neste mesmo ano, a maioria dos Estados do centro da Alemanha fundou a União Comercial da Alemanha Central (*Mitteldeutscher Handelsverein*), a qual foi deliberadamente criada para ser rival à união aduaneira formada entre Prússia, Hesse e Darmstadt. Em maio de 1833, a Prússia firmou tratado comercial com os reinos da Baviera e Württemberg. Em seguida, persuadiu dois membros da União Comercial da Alemanha Central – Meiningen e Gotha – a permitir a construção de duas estradas prussianas através dos seus territórios, de modo a interligar a Bavária e Württemberg à Liga Prússia-Hesse-Darmstadt. Por outro lado, a Saxônia, sobretudo por motivos políticos, recusava-se a assinar qualquer tratado com a Prússia. Somente no limiar de 1834, uma *Zollverein* alemã foi constituída entre a Prússia, Nassau, Württemberg, Baviera, Saxônia e os Estados da Turingia. Na verdade, estes últimos se juntaram só no decorrer dos dois anos que se seguiram, após a adesão de Baden, Nassau e da cidade de Frankfurt³ (PLOECKL, 2010, p. 3-4; THIVEAUD; DE OLIVEIRA, 1992, p. 164; HIRST, 1909, p. 19).

Um excepcional avanço trazido pelo *Zollverein* localiza-se na padronização do sistema de moedas em uso para toda a área de livre comércio. Nas primeiras décadas do século XIX, circulava nos domínios alemães enorme quantidade de moedas de diferentes denominações, com destaque para o padrão *Thaler* nos estados do norte, incluindo a Prússia, e o padrão *Gulden* nos estados do sul e na Áustria. Visto que as taxas de cunhagem constituíam importante fonte de receita fiscal, muitos regentes não apenas relutavam em sacrificar sua soberania em questões monetárias, mas também se mostravam bastante receosos em conceder autonomia a bancos privados. Em 1837, Luís II da Baviera convidou o reino de Württemberg, os grão-ducados de Hesse e Baden, os ducados de Nassau e a cidade livre de Frankfurt para examinar

³ Durante as próximas duas décadas, Braunschweig, Luxemburgo (1842), Hannover e Oldenburg (1854) tornaram-se membros também. Na esteira da guerra Astro-prussiana de 1866, a Prússia forçou mudanças consideráveis na estrutura da união aduaneira e após a fundação do Império Alemão em 1871, o *Zollverein* tornou-se parte fundamental de sua organização político-econômica (PLOECKL, 2010, p. 4).

conjuntamente a situação monetária da Alemanha Central e do Sul. Esses seis estados fundaram uma *Münzverein* (União Monetária) e assinaram duas convenções em Munique, chancelando sua decisão de adotar um florim comum como unidade de conta e cunhagem. A união foi logo fortalecida pela adesão do ducado de Meiningen, em 8 de junho de 1838 e pelo principado de Schwarzburg-Rudolfstadt, em 11 de maio de 1839. Por outro lado, a Prússia, ciente tanto da vantagem obtida pelos outros estados alemães, quanto do perigo comercial, monetário e político que esta união representava para suas próprias intenções açambarcadoras, reuniu seus vizinhos e reconheceu convencionalmente a comunidade monetária que já existia em seus domínios e se baseava no *Thaler*, encontrando adeptos no reino da Saxônia, no eleitorado de Hesse e nos Estados da Turingia (PLOECKL, 2010, p. 4; THIVEAUD; DE OLIVEIRA, 1992, p. 165).

Em 1838, na Convenção da Moeda de Dresden, a emissão de um meio circulante comum foi negociada para o *Zollverein* como um todo. Desde então, cada estado membro teve que optar pelo *Thaler* (subdividido em *Groschen*) ou pelo *Gulden* (subdividido em *Kreuzer*) como unidade monetária básica. Com isso, não apenas se instituíram especificações precisas quanto ao conteúdo e teor dos metais, mas também foram retirados de circulação moedas depreciadas pelo desgaste, substituindo-as por outras de valor integral. Para promover a ideia de um sistema monetário unificado e facilitar o intercâmbio entre as áreas sob o regime de *Thaler* e *Gulden*, os estados concordaram em cunhar uma moeda comum no valor de 2 *Thaler* ou 3½ *Gulden* com a designação *Vereinsmünze* (moeda da união). A partir de então, o *Thaler* prussiano penetrou praticamente em todo o território alemão, ganhando aceitação inclusive nos Estados do sul, o que lhe rendeu o título de moeda comum para todos os efeitos práticos, funcionando como a moeda *Zollverein*, símbolo da unificação monetária interestatal⁴ (HOLTFRERICH, 1993, p. 521-522; THIVEAUD; DE OLIVEIRA, 1992, p. 164-165).

Convém frisar, todavia, que não obstante os avanços acima mencionados, os ganhos advindos da união aduaneira não foram imediatos. Nos seus primeiros oito anos de operação, o *Zollverein* não gerou significativa vantagem econômica. Por uma questão compreensível, os territórios a que correspondiam o Hanover, Brunswick, Oldenburg, bem como os Estados de Mecklenburg e as cidades *Hansa*, mais inclinadas ao livre comércio, não aderiram à união aduaneira, sob a alegação de que tal expediente redundaria em obstáculos aos seus negócios. Por isso, a integração econômica de todos os Estados Alemães não poderia ser realizada plenamente em 1834 não apenas por causa das divergências políticas ainda muito latentes, mas principalmente pela existência de interesses econômicos diversos. De modo equivalente, salienta Robert W. Lee, embora os efeitos da união aduaneira não sejam insignificantes, o *Zollverein* não conseguiu promover a rápida industrialização dos Estados Alemães, pois até então o intercâmbio comercial não afetara fundamentalmente a dinâmica regional que marcou o desenvolvimento histórico das forças produtivas alemãs (DUMKE, 1991, p. 91; LEE, 1988, p. 351).

Além das divisões políticas, um outro fator a comprometer a integração econômica residia no fato de que boas vias de comunicação para acelerar o deslocamento de matérias-primas às fábricas, bem como para transportar os produtos manufaturados aos centros consumidores, eram praticamente inexistentes na Europa Central, nas primeiras décadas do século XIX. Nesse sentido, outra grande contribuição de List no que diz respeito à integração econômica e à superação da fragmentação política dos Estados Alemães foi ter ressaltado a importância da navegação à vapor (*Dampfschiffahrt*) - para o transporte marítimo e fluvial -, e do transporte ferroviário (*Eisenbahn-Dampfwagentransport*) - para vias terrestres -, no que concerne à efetivação daquilo que denominou “unidade das forças produtivas nacionais”. De acordo com o economista suábio, um sistema de transporte eficiente como o ferroviário pode encurtar distâncias e, ao mesmo tempo, fazer com que cada distrito ou província possa transportar seus excedentes a todas as outras regiões, mesmo às mais distantes e, em troca, receber a produção destas últimas. Por isso, um dos

⁴ O sistema monetário alemão foi organizado com base numa moeda de prata, efetivada pelo *thaler* no norte e o *florin* no sul. Distorções, no entanto, ainda permaneciam, devido à existência de diferentes padrões monetários em Bremen, Hamburgo, Lübeck, Lauenburg e Schleswig-Holstein. Também foram utilizadas moedas de ouro, como *Pistolen*, *Dukaten*, *Friedrichsd'or* e *Louisd'or*, mas sendo empregadas principalmente em transações comerciais de atacado e como reserva cambial (HOLTFRERICH, 1993, p. 522).

efeitos mais significativos da expansão das redes ferroviárias seria a eliminação das barreiras comerciais interregionais ainda existentes e, assim, promover de fato um padrão muito diferente da industrialização local e especialização econômica regional⁵ (DAASTØL, 2011, p. 244; LEE, 1988, p. 352; LIST, 1983 [1841a], p. 109; 1841b, p. 3).

A insistência de List em construir uma rede de ferrovias para a Bavaria repousa sobre uma ideia original de interligar todos os Estados alemães. A princípio, ele considerava possível, a partir da Turíngia, efetivar tal integração por meio de estradas de ferro, tendo Gotha como o epicentro desse sistema de transporte nacional. Nesse caso, a linha *Hansa Bavaria* ligaria os portos de Hamburg e Bremen à rede ferroviária de Bavaria a Bamberg, irradiando-se em direção à Frankfurt am Main, e daí para Leipzig, abrangendo, em seguida, toda a Alemanha (LIST, 1897 [1833], p. 38-39). Após retornar dos Estados Unidos, List dirigiu-se a Hamburg, onde permaneceu por doze meses, trabalhando, ainda que sem muito êxito, na elaboração da rede *Hansa-Hanover*. Mudou-se então para Leipzig, na condição de cônsul americano no Estado da Saxônia. Quando ali chegou, debatia-se a construção de ferrovias não apenas na Saxônia, mas também em toda a Alemanha (HENDERSON, 2006, p. 129-132). Assim, em 1833, List apresentou um projeto de linha ferroviária conectando Dresden e Leipzig, o qual seria o núcleo de uma rede de ferrovias não apenas para o Estado da Saxônia, mas também, devido à sua topografia favorável, para todos os demais Estados alemães⁶ (HIRST, 1909, p. 73-74; LIST, 1897 [1833], p. 38).

Em seu jornal especializado em estradas de ferro (*Eisenbahnjournal*), List argumentou que as rivalidades entre os Estados alemães não deveriam impedir o planejamento de uma rede ferroviária abrangendo todo o país. Do mesmo modo, ressaltou que os proventos obtidos pela união aduaneira seriam grandemente aumentados por meio do melhoramento da comunicação. Dentre os benefícios das ferrovias, List destaca a imensa possibilidade de difusão do conhecimento técnico-científico e da educação em geral, a maior agilidade no movimento de matérias primas para as fábricas e, em contrapartida, a maior prontidão no transporte de bens manufaturados para os mercados, o que impulsionaria sobremodo as forças produtivas nacionais e, assim, o desenvolvimento de todas as outras atividades econômicas. Além disso, com a expansão das redes ferroviárias, novos mercados seriam disponibilizados à indústria e à agricultura alemãs. Graças ao moderno sistema de transporte ferroviário, as fábricas situadas na Renânia e Westphalia puderam trocar suas mercadorias por produtos agrícolas das províncias agrárias situadas no Leste do Elba. Quando as estradas de ferro chegaram a Hamburgo, Bremen, Stettin e Antuérpia, os produtos que antigamente tinham de ser vendidos só nos mercados locais puderam ser exportados para regiões distantes. Igualmente, foram as ferrovias que promoveram o rápido crescimento das grandes cidades do Ruhr e da Alta Silésia (LIEBIG, 1998, p. 27; LIST, 1838, p. 7-17).

Além de todas as vantagens supracitadas, o maior triunfo das redes ferroviárias alemãs foi, sem dúvida, ter garantido o sucesso da *Zollverein*, conforme List havia previsto. Por si só a abolição de muitas tarifas internas não poderia ter conferido imediatamente à indústria alemã o estímulo necessário que culminaria em seu rápido crescimento. Com o tempo, as ferrovias aproximaram as cidades e ajudaram a suprimir as rivalidades e o isolamento que tinham sido marca indelével de vários Estados e províncias

⁵ Entre 1833-1837, List elaborou projetos detalhados para ferrovias na Prússia, Hamburgo, Braunschweig e Baden. Do mesmo modo, valendo-se da experiência prática adquirida nos Estados Unidos, quando da construção da Little Schuykill Railroad, ele projetou uma rede ferroviária para a Saxônia em seu *Über ein Sächsisches Eisenbahn-System als Grundlage eines Allgemeinen Deutschen Eisenbahn-Systems* (Sobre um Sistema Ferroviário Saxão como base de um Sistema Ferroviário Geral Alemão, 1833), que também serviu de base para interligar Leipzig-Dresden. Em 1835, List escreveu uma obra intitulada *Memoire die Eisenbahn von Mannheim nach Basel Betreffend* (Diário sobre a Estrada de Ferro de Mannheim à Basileia), em que esboça sua intenção de interligar todos os Estados Alemães.

⁶ O esboço desenhado por List para o sistema nacional de transporte a partir de Leipzig demonstrou notável imaginação. Seu esquema previa linhas de Leipzig para Dresden e daí para Praga; de Berlim para Leipzig, Wrocław, Gdansk, Szczecin e Hamburgo; de Hamburgo para Lübeck e Bremen, e desta para Hanover, Brunswick e Magdeburg. Novamente, de Leipzig para Gotha; de Gotha para Nuremberg e Munique, Minden e Colônia; da Basileia para Karlsruhe e Frankfurt, Stuttgart, Ulm, Augsburg e Munique; e, por fim, de Augsburg para Lindau. Vale lembrar que o mapa de List e suas conexões foram concebidos num momento em que até a Inglaterra só dispunha de algumas ferrovias construídas isoladamente (HIRST, 1909, p. 76).

durante séculos, oferecendo, assim, grande impulso à integração econômica e política (LIST, 1985 [1837], p. 67; LEE, 1975, p. 51-52).

2. *Friedrich List-Gesellschaft* e o debate sobre a reestruturação da economia alemã nos anos 30

A difusão do pensamento de Friedrich List na segunda metade do século XIX ganhou grande impulso graças aos comentários de seus intérpretes reunidos sob a insígnia da Escola Histórica Alemã. Além disso, é notável a contribuição de obras de divulgação das ideias protecionistas no contexto pós-unificação da Alemanha, bem como a produção de trabalhos críticos e biográficos sobre o autor alemão.⁷ Posteriormente, a *Friedrich List-Gesellschaft* (FLG) (Sociedade Friedrich List), fundada em 5 de setembro de 1925, em Heidelberg, por Edgar Salin, Bernhard Harms, Erwin V. Beckerath, Karl Goeser, Geoger Mayer, Friedrich Lenz, Arthur Sommer e Arthur Spiethoff, tinha por objetivo corrigir, catalogar e reeditar a vasta produção intelectual de List e conduzir pesquisas sobre a vida deste economista, a fim de entender em que medida o ambiente sócio-cultural, os eventos e personalidades importantes podem ter, direta ou indiretamente, influenciado sua formação.⁸ A FLG se dedicava ainda à elaboração e divulgação de pesquisas sobre História da Economia, dando especial destaque para os progressos na área da teoria econômica, ao passo que suas conferências visavam fundamentalmente promover uma profícua troca de ideias entre economistas, cientistas políticos, homens de negócio, estadistas etc., tendo em vista melhorar os objetivos e métodos da política econômica alemã. Por causa disso, essa entidade gozava de alta reputação nacional, vindo a desempenhar papel de notável relevância no que concerne, por exemplo, à proposição de medidas factíveis para reverter os efeitos da crise de 1929 (PROEGER, 2016, p. 61).

Embora Alemanha não tenha sofrido uma crise tão profunda como a que atingiu o *Wall Street*, ela foi, das economias européias, sem dúvida, a mais afetada. Na verdade, em 1928, já se manifestavam sintomas de recessão na economia industrial alemã. Em 1929, a produção da indústria pesada havia declinado bruscamente, enquanto a taxa de desemprego chegou a alcançar, ainda no primeiro semestre, a cifra de 30,1% da força de trabalho. Com efeito, já na primavera de 1929, havia sido diagnosticada a possibilidade de uma iminente crise econômica, urgindo-se imediata resposta da administração governamental para impedir que a recessão se acentuasse e fosse prolongada. À depressão soma-se a instabilidade política e a impossibilidade de se formar alianças políticas entre os partidos social-democrata, cristão, comunista e nacional socialista, para solucionar os problemas que se tornavam cada vez mais alarmantes. O desemprego em massa crescia a uma escala sem precedentes. Conseqüentemente, o ano de 1930 foi marcado pela intensificação da crise, já que o número de contratos de depósitos bancários havia despencado de modo abrupto, levando à falência muitas instituições financeiras (JAMES, 1984, p. 68-69; SCHNABEL, 2004, p. 826; NOORD, 2009, p. 15).

Em meados do mesmo ano, a restrição da balança de pagamentos tornou-se repentinamente vinculativa e o governo não podia pedir empréstimo doméstico ou no exterior. Entrementes, o partido nazista obteve excelente e inesperado resultados nas eleições para o *Reichtag*, o que contribuiu para

⁷O primeiro grande biógrafo de List foi Ludwig Häusser (1818-1867), historiador, filólogo, político e colaborador do *Allgemeinen Zeitung*, desde o surgimento do jornal em Augsburg. Häusser recebeu autorização diretamente da família List para produção de material biográfico sobre o economista suábio, bem como reunir seus escritos com vistas à publicação. Devido ao *Märzrevolution* (1848-1849), os trabalhos de redação e editoração tiveram de ser suspensos, de modo que o primeiro volume veio à luz somente em 1850, com o título *Friedrich List's gesammelte Schriften* (Coletânea de Escritos de Friedrich List), em que o autor apresenta minuciosa descrição de fatos importantes sobre a vida e obra de List (HÄUSSER, 1850, p. iii-v). O segundo volume, publicado no mesmo ano, reuni textos que apresentam exposição cronológica do pensamento de List. O terceiro e último volume é dedicado à reedição de sua obra mais completa, isto é, *Das Nationale System der Politischen Oekonomie* (Sistema Nacional de Economia Política, 1841).

⁸ Entre 1927 e 1935, a FLG publicou uma coleção de 10 volumes (LIST [1927/1935], *Werke* I-X) em que foram reunidos grande número de discursos, cartas e manuscritos de List. É, sobretudo, graças a essa proeza que hoje se conhece em profundidade as ideias do economista alemão. Uma edição completa dos trabalhos de List atualmente seria inexecutável devido à falta de materiais disponíveis, já que parte significativa da produção original se perdeu durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) (WENDLER, 2013, p. 264; 2005, p. 197).

aumentar as incertezas. Como resultado, os bancos alemães experimentaram por várias semanas retiradas massivas de depósitos, prejudicando sua posição de liquidez. Longe de atuar como força estabilizadora, a política econômica acelerou ainda mais a crise, provocando grande número de falências, como consequência da deflação (SCHNABEL, 2004, p. 822; JAMES, 1984, p. 69). Com isso, o balanço patrimonial dos bancos foi alterado e enorme lacuna foi aberta entre os ativos irrealizáveis e os bilhões de marcos em circulação no passivo de curto prazo. No verão de 1931, devido (i) à crise cambial e de crédito, (ii) à fuga de capitais e (iii) às deduções de empréstimo, veio à bancarrota, em 13 de julho, uma das mais importantes instituições financeiras alemãs, o *Darmstadter- und Nationalbank*, o que levou à falência os demais bancos (TOOZE, 2003, p. 157-165).

Nos dias 16 e 17 de setembro de 1931, a FLG realizou uma grande conferência em absoluto sigilo, em que se reuniram em Berlim funcionários do alto escalão do governo, ilustres professores de Economia (*die Elite der akademischen Nationalökonomie*), políticos, homens de negócio e banqueiros para encontrar uma forma de deter ou até mesmo provocar uma viragem na crise. Dentre os presentes nesse importante evento se destacam Hans Luther e Fritz Dreyse, respectivamente, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Executivo do *Reichbank*; Wilhelm Lautenbach, do Ministério da Economia do *Reich* (*Reichswirtschaftsministeriums*); o Ex-ministro das Finanças Rudolf Hilferding; Friedrich Sämisch, Presidente do Tribunal de Contas da União (*Reichsrechnungshofes*); altos funcionários como o Secretário Ernst Trendelenburg, responsável pelos assuntos envolvendo as receitas do Estado no Ministério da Economia; o Secretário Hans Schäffer, incumbido do tesouro imperial, etc. Quanto aos professores e técnicos nos assuntos de Finanças e Economia Política, destacam-se Walter Eucken, Wilhelm Roepke, Gerhard Colm e Hans Neisser. O grupo ainda contava com a imprescindível contribuição dos doutores Eduard Heimann, Heinrich Rittershausen e Edgar Salin, o mais gabaritado no momento a reunir competência teórica e compromisso com a política econômica do novo governo⁹ (PROEGER, 2016, p. 61; TOOZE, 2003, p. 166; JANSSEN, 2009, p. 1; KIM, 1997, p. 127-128; BORCHARDT; SCHÖTZ, 1991, p. 1).

Uma das questões fundamentais debatidas nesse encontro foi o financiamento da criação de novos empregos pelo *Reichbank*, considerando-se a necessidade impreterível de retomar a produção. Nesse sentido, é digno de menção a proposta de Wilhelm Lautenbach, o conselheiro do Ministério da Economia do *Reich* (*Oberregierungsrats im Reichswirtschaftsministerium*). Em linhas gerais, sua recomendação para resolver o problema da desaceleração e do desemprego vinculava a defesa de maiores investimentos e a expansão sistemática do crédito como forma exequível de promover o incremento da produção e controlar a deflação. Outros, como o célebre reformador Gerhard Colm, consideravam importante delegar ao Estado maior participação na vida econômica, levando-se em conta o controle do câmbio e da circulação monetária; a estabilização dos preços; a criação de novos empregos e a expansão do crédito para melhorar a situação econômica geral (PROEGER, 2016, p. 62-63; KIM, 1997, p. 126; BORCHARDT; SCHÖTZ, 1991, p. 3).

Por outro lado, em seu discurso de abertura, Edgar Salin considerava desnecessário a intervenção monetária como única forma de superar a profunda crise. Francamente, ele se questionava até que ponto o *Reichbank* podia aumentar o crédito e em que medida apenas por meio de sua expansão poder-se-ai gerar um *boom* (*Sonderkonjunktur*) na economia. Além disso, ele via com ceticismo a possibilidade de retorno a uma política de crédito liberal tal como a que vigorou anteriormente à crise. Posteriormente, as estimativas negativas de Salin sobre o impacto da intervenção monetária foram reformuladas extensivamente e de modo ainda mais claro por Rudolf Loeb. Do mesmo modo, Hilferding julgava a

⁹ A fim de acalmar os ânimos e mitigar as pressões políticas por mudanças, o então Chanceler Heinrich Brüning (1885-1970) modificou seu gabinete. Assim, em outono de 1931, o ministério liberal de Hermann Dietrich foi substituído pelo Ministro da Economia, Prof. Hermann Warmbold, que, na ocasião, respondia à crescente exigência dos industriais que reclamavam uma ação governamental positiva para aliviar o estado lamentável em que se encontrava a economia alemã. Warmbold, todavia, somente uniu-se ao novo gabinete sob a condição de que Brüning considerasse seriamente um programa de crédito para a indústria, ao mesmo tempo que autorizasse ampla intervenção do Estado na economia, já que, em seu entendimento, não havia a menor possibilidade de retornar ao padrão-ouro e o livre comércio (TOOZE, 2003, p. 166; JAMES, 1984, p. 68).

continuação da prática da desproporcionalidade um mecanismo de recuperação econômica extremamente arriscado já que se baseava no princípio da conversão da troca financeira em contas elegíveis, como letras de câmbio. Impressionado com as observações de Salin, Rudolf e Hilferding, quanto aos perigos da expansão monetária, reformadores de destaque como Wilhelm Röpke consideraram razoável diminuir, ainda que lentamente, os desdobramentos do efeito do procedimento de sucção (*Sogwirkung*). Desse modo, percebe-se que a discussão acerca das novas formas de ingerência estatal sobre a economia alemã recebeu significativo impulso nas conferências da FLG (KIM, 1997, p. 127-128).

É claro que o sucesso e o prestígio da FLG não passaram despercebido às ambições açambarcadoras do *Nationalsozialismus*. Essa aproximação, todavia, tornou-se inevitável na década de 1930, como resultado do aumento expressivo do número de parlamentares nazistas no *Reichtag*. Por causa disso, já em 15 de novembro 1930, em Berlim, foi realizada uma reunião de cúpula da FLG, em que participaram os célebres professores Bernhard Harms, Erwin v. Beckerath, Karl Goeser, Friedrich Lenz, Edgar Salin, Paul Kempner, co-proprietário da *Bankhaus Mendelssohn*; Hans Leiter, então Presidente do *Reichsbank*; Werner Richter, Ministério da Cultura; Friedrich Sämisch, Presidente do Tribunal de Contas do *Reich*, entre outros. O grupo veio a ser reforçado pela presença dos professores Christian Eckert e Julius Landmann. Além dos assuntos estritamente econômicos, neste encontro, Harms provocou um debate para saber se a consideração do programa econômico nacional-socialista, deveria ser objeto de discussão das ulteriores sessões da FLG (WENDLER, 2005, p. 202).

Nota-se nessa reunião o primeiro desentendimento interno no grupo, já que a proposta apresentada sob o título *Der Nationalsozialismus, seine geistigen, wirtschaftlichen und politischen Grundlagen und Zielsetzungen*. (*O Nacional Socialismo: seus objetivos intelectuais e seus fundamentos econômicos e políticos*) não deixava claro e consensualmente definido se o escopo das próximas conferências seria a produção e difusão de novos conhecimentos ou a análise e discussão de um programa econômico para o *Nationalsozialismus*. Apesar disso, uma comissão composta por Harms, Beckerath, Lenz e Landmann elaborou um programa a ser apreciado pelo conselho. Nesse mesmo dia, enquanto retornava à Basel, Salin escreveu uma carta a Harms em que expressava suas preocupações quanto (i) à decisão, em sua opinião, precipitada de considerar propícia a deliberação do programa econômico nazista, desconsiderando a natureza política, sociológica e ideológica desse movimento. Salin ainda ressalta a perda do foco principal da FLG, ainda que contra a vontade da maioria dos participantes, e principalmente a questão judaica. Diante de tais controvérsias, ele frisa que a presença do *Nationalsozialismus* implicaria necessariamente a divisão da FLG (WENDLER, 2005, p. 204-205).

O próximo grande objetivo da FLG foi organizar um grande congresso para tratar dos problemas relativos à agricultura alemã. Desde então, o elemento completamente novo foi a tentativa de se referir aos nazistas na qualidade de membros da FLG, o que agravou ainda mais o clima de insatisfação no grupo. Em carta a Adolf Hitler, de 15 de novembro de 1932, Harms comunica que a FLG realizará entre 04 e 07 de fevereiro de 1933, em Bad Oeynhause, uma conferência extraordinária em que se reunirão economistas, estadistas, políticos e empresários para discutir a política agrícola alemã no contexto da economia nacional e internacional. O propósito desse encontro seria a elaboração de projetos, visando preparar as bases e diretrizes para uma mais lucrativa e duradoura produção agrícola para a Alemanha. Harms ainda frisa que seria motivo de grande honra se seu grupo pudesse contar com a presença dos quadros do *Nationalsozialismus* nesse evento. Em carta a Salin de 19 novembro de 1932, Harms salienta que dos sete membros do partido por Hitler indicado, três já haviam sido convidado (WENDLER, 2005, p. 208-209).

À medida que os nazistas conquistavam mais influência política, maior pressão exerciam sobre a FLG. De fato, uma cadeia de eventos parece ter conspirado contra essa entidade. Em 6 de novembro de 1932, o *Nationalsozialismus* aumentou o número de seus representantes para 196 assentos parlamentares, ocupando um terço das cadeiras do *Reichtag*. Com efeito, diante da impossibilidade de governar, Paul von Hindenburg aceitou nomear Adolf Hitler chanceler da Alemanha, em 30 de janeiro de 1933. Não

obstante a coação sobre a FLG tenha se intensificado desde então, ela ainda era suportável. No entanto, com a morte do presidente Hindenburg no ano seguinte, Hitler declarou-se *Führer* da Alemanha e instaurou um governo totalitário, colocando todas as instituições sob seu comando. Por essa razão, no dia 11 de agosto de 1934, a FLG cancelou formalmente seu registro de inscrição de associações em Stuttgart, vindo a ser dissolvida logo no ano seguinte a fim de não servir aos interesses e ambições nazistas.

3. Salin e a aplicação da *Anschauliche Theorie* (teoria intuitiva) à Economia

Dentre os intelectuais da FLG, é digno de menção o ilustre Prof. Edgar Salin, um esplendido erudito, que exerceu significativa influência sobre a opinião pública à época, ao empregar seu prodigioso conhecimento histórico, econômico e filosófico não apenas para aconselhar governos e homens de negócios, mas também para formar gerações de estudantes.¹⁰ Durante a juventude, Salin auferiu admirável erudição sobre a cultura greco-romana, bem como sobre a filosofia e a literatura alemães, sendo particularmente influenciado pelo célebre poeta alemão Stephan George (1868-1933), em sua crítica à modernidade e à ideia de progresso. Durante o período de estudo na Universidade de Heidelberg, no entanto, Salin foi discípulo de Alfred Weber, irmão do famoso economista e sociólogo Max Weber, tendo também sido assistente do não menos distinto historiador econômico Eberhard Gothein. O resultado de tão rica formação revela-se em uma diversificada e substancial produção intelectual que abrange tanto assuntos práticos, quanto teóricos (SCHEFOLD, 2004, p. 1).

Salin desempenhou papel de destaque no assim chamado *Methodenstreit*, a disputa sobre o método protagonizada pelas escolas histórica e austríaca, e que deu origem ao fecundo debate epistemológico que atravessou gerações de intelectuais do último quartel do século XIX até as primeiras do século XX.¹¹ Uma das mais impressionantes tentativas de superar esta polêmica reside na síntese das abordagens histórica e neoclássica, proposta por Max Weber em seu projeto de uma *Sozialökonomik*. Grosso modo, Weber rejeitou tanto o tratamento descritivo da Escola Histórica, quanto a busca de princípios universais, mediante emprego de modelos e conceitos abstratos, ao sugerir “tipos ideais” hipotéticos, destinados a servir como auxílio heurístico à compreensão de casos particulares. Enquanto discípulo de Alfred Weber, em Heidelberg, Salin destacou-se como perspicaz estudioso das ciências humanas, sendo, doravante, um admirador de Max Weber, embora crítico com relação à validade epistêmica de conceitos abstratos para explicação de fenômenos sociais (BIERI, 2011, p. 7).

Salin identificava na crescente abstração matemática e na busca incessante por princípios universais as causas subjacentes dos problemas epistemológicos da economia. Ele acreditava, em vez disso, que, sendo a economia uma herdeira da filosofia antiga, da teologia escolástica e do pensamento

¹⁰Além da *Friedrich List-Gesellschaft*, Salin foi um dos fundadores, em 1954, da *List-Gesellschaft* (LG) (Sociedade List), uma prestigiosa instituição que até hoje se ocupa de propor soluções plausíveis às grandes questões sobre política econômica e finanças internacionais. Posteriormente, ele ainda fundou a renomada revista acadêmica, *Kyklos*, bem como o frutífero instituto de pesquisa *Prognos*.

¹¹ Em 1883, quando da publicação de sua *Untersuchungen über die Methode der Socialwissenschaften und der politischen Oekonomie insbesondere* (*Investigações sobre o Método das Ciências Sociais com Referências Especiais à Economia Política*), Carl Menger (1840-1921) dirige críticas incisivas à Escola Histórica Alemã, particularmente à obra de Gustav Schmoller (1838-1917), inaugurando assim intensa discussão que perdurou por várias décadas. Os adeptos da Escola Histórica enfatizavam uma distinção fundamental entre fenômenos natural e cultural, de modo que o último só pode ser entendido por meio da interação de processos históricos. A Escola Austríaca, ao contrário, preconizava que a economia deriva seu conhecimento a partir de princípios lógicos e, como a interação socioeconômica e política era demasiado complexa para ser apreendida por meios indutivos simples, um papel-chave da economia seria desenvolver teorias universalmente válidas para explicar a ação humana mediante método dedutivo. Ambas as escolas compartilhavam, todavia, da aspiração a uma teoria universal dos fenômenos sociais. A diferença entre elas localiza-se no fato de que enquanto a Escola Austríaca, como muitos de seus contemporâneos anglo-saxões, enfatizava a separação entre as esferas econômica e não-econômica da ação humana, a Escola Histórica focalizava as relações de interdependência entre desenvolvimento econômico e as instituições políticas, considerando, portanto, impossível deduzir da complexidade das atividades sociais um único axioma unificador (BIERI, 2011, p. 6).

histórico, ela constitui parte das ciências humanas. Nesse sentido, quando os economistas rejeitam o instrumental analítico das humanidades, superestimando as certezas matemáticas, eles buscam mais prestígio do que a verdade. Posicionando-se em favor de Edith Landmann, Friedrich Gundolf e o ciclo georgeano, quanto à questão posta por Max Weber sobre o juízo de valor aplicado à ciência, Salin vislumbra a possibilidade de fundar a economia sobre novo alicerce, ao propor distinção entre as teorias racional e intuitiva. Para ele, a teoria racional fornece apenas um conhecimento parcial da atividade econômica, pois baseando-se em deduções lógicas e artifícios matemáticos, desconsideram-se as peculiaridades de qualquer economia nacional, não alcançando por isso a cognição completa. Por outro lado, a teoria intuitiva (*Anschauliche Theorie*), integra aqueles instrumentos investigativos à ferramenta analítica das ciências humanas (História, Filologia, Sociologia, Psicologia etc.), para acomodar teorias abstratas modernas dentro do método indutivo. Tal formulação dá-se a conhecer como *Θεωρία*, isto é, a contemplação de um conhecimento geral sobre a complexa vida econômica, apresentando-se, então, como solução factível à polêmica sobre o método envolvendo as supracitadas escolas¹² (EBENER, 2009, p. 17; HARADA, 1997, p. 378).

Salin percebeu que os “tipos ideais” de Werner Sombart (1863-1941), em contraste com a concepção de Weber, comportavam elementos não-rationais que poderiam ser-lhe úteis em seu intento de fundar uma teoria econômica intuitiva. Decerto, Salin acreditava que o “caminho da cognição completa” de Sombart não é meramente uma história, mas sim uma teoria, basicamente, por duas razões. Em primeiro lugar, a fim de chegar às essências, Sombart não apenas despreza circunstâncias acidentais, mas também busca compreender as sequências dos fatos na totalidade de suas relações racionais e irracionais. Em segundo lugar, seu propósito encontra fundamento na própria tradição alemã de que a *teoria* é respaldada tanto em formulações abstratas, quanto na compreensão das relações concretas de contextos históricos específicos. Salin ressalta que Sombart, em sua obra seminal: *Der Moderne Kapitalismus (O Capitalismo Moderno, 1902)*, propõe-se uma justaposição entre a teoria racional não-histórica e o realismo histórico, que converge a uma teoria econômica que visa compreender o real, preservando, contudo, o lugar e o significado da história econômica em sua relação intrínseca com a experiência. Tal consideração sobre os fenômenos econômicos revela sua vinculação espaço-temporal e, simultaneamente, sua particularidade cultural. É baseando-se nisso que a teoria intuitiva de Salin integra formas e campos de ação para além da restrição ao escrutínio racional, já que para ele a ciência econômica deveria ocupar-se do todo, entendido como o contexto universal da experiência, em seu ambiente histórico-institucional¹³ (SALIN, 1924, p. 100; 1987 [1927], p. 177; HARADA, 1997, p. 378; SCHEFOLD, 2016, p. 300).

Em vez de afirmações abstratas, apoiadas por provas formais, a teoria intuitiva representaria um desígnio de apreender as diferentes dimensões da economia em sua interrelação como um todo, expresso de modo indireto, por meio de analogias históricas, com vistas a integrar o modelo formalista ao descritivo-fenomênico, tal como combinados nas obras de Smith, List, Marx e Keynes. A questão posta por Landmann, Salin e, mais genericamente, pelo ciclo georgeano consistia em inquirir em que medida se explica, de fato, aquilo que está para além do âmbito racional-argumentativo da ciência positiva, especialmente em sua versão formalizada e matematizada. O objetivo, e também a maior dificuldade de uma teoria intuitiva, era produzir um conhecimento que excedesse os limites da abordagem estritamente

¹² Em linhas gerais, a escola neoclássica baseia-se no princípio da racionalidade e no individualismo metodológico. Por causa disso, consideram-se variáveis desprezíveis qualquer tendência histórica que não possa ser derivada do comportamento do indivíduo no contexto do sistema de condições em que se insere. A escola histórica, por seu turno, argumentava que, por razões intrinsecamente relacionadas ao solo, clima, raça, tradição etc., somente economias nacionais realmente existem. Com base nisso, empregava conceitos e comparações organizacionais que permitissem realçar as diferenças entre os diversos estágios de desenvolvimento e estilos econômicos, para verificar a conexão do avanço técnico com as mudanças nos costumes. A “teoria intuitiva” de Salin, por outro lado, visava não apenas uma reconstituição intelectual das relações causais que regem a atividade econômica, mas também fundar uma teoria econômica da mudança social e cultural (SCHEFOLD, 2017, p. 124).

¹³ Sombart não foi apenas um escritor prolífico, mas ele também um dos oponentes mais vociferantes contra a aplicação excessiva do método da ciência da natureza na economia. Em vez disso, ele afirma que existe um método apropriado à investigação das ciências sociais, que lida exclusivamente com a cultura, a saber, o método da *Geisteswissenschaft*. (ciência do espírito). O entendimento sistemático das implicações econômicas dessas normas culturalmente embutidas é precisamente o que caracteriza a economia política de Salin (BIERI, 2011, p. 20).

mecânica e dedutiva, mas que, ao mesmo tempo, fosse capaz de revelar explicitamente a dinâmica inerente ao capitalismo moderno, tanto de uma perspectiva quantitativa, quanto qualitativa, segundo uma visão global, totalizante (SALIN, 2007 [1929], p. 79-80). Tal intento havia sido perseguido anteriormente pelo célebre Prof. Friedrich Edler von Gottl-Ottlilienfeld (1869-1958), que formulou uma *Allwirtschaftslehre* (Economia Universal), a constituir a *Nationalökonomie*, como uma abrangente teoria social expressa em uma “ciência empírica da vida econômica de todos os tempos e povos”. Em seu ponto de vista, a economia não é uma ciência claramente bem definida no que concerne à sua área de assunto concreta, mas pode ser entendida como um componente integrador da vida cotidiana. Nesse sentido, a organização da economia constitui uma tarefa econômico-social combinada, em que a teoria econômica deve fundir-se à sociológica.¹⁴ (SCHEFOLD, 2004, p. 5; SCHÖNHÄRL, 2009, p. 147; EBENER, 2010, p. 16-17; GOTTL-OTTLILIENFELD, 1901, p. 131).

Arthur Spiethoff (1873-1957), por seu turno, desempenhou igualmente papel de destaque na polêmica concernente ao método. Após estudar economia e ciência política na Universidade de Berlim (1893-1899), adquirindo primorosa instrução sob orientação dos ilustres economistas Adolf Wagner e Gustav Schmoller, assentou Spiethoff as bases de uma teoria geral da economia (*Allgemeine Volkswirtschaftslehre*), tomando como ponto de partida o método histórico-analítico proposto por List, em seu empenho de revelar as inconsistências ocultas sob a insígnia da ortodoxia liberal clássica. Em 1905, Spiethoff doutorou-se com uma tese intitulada *Beiträge zur Analyse und Theorie der allgemeinen Wirtschaftskrisen* (*Contribuições para a análise e teoria geral das crises econômicas*), em que assume o compromisso de combinar a perspectiva histórica à moderna teoria econômica desenvolvida fora da Alemanha.¹⁵ Sem dúvida, ele acreditava que o raciocínio abstrato cumpre papel imprescindível à ciência econômica, já que favorece a compreensão de certos fenômenos e princípios em sua forma pura, mediante a elaboração de modelos e conceitos analíticos que, se bem dirigidos, propiciam a compreensão de fatos essenciais. Desse modo, uma particularidade na caracterização da economia segundo Spiethoff encontra-se em sua aspiração a uma *teoria*, que pretende apreender o “ser permanente” dos elementos que constituem as diferentes formações econômicas independentemente das condições históricas e geográficas. No entanto, como em Salin, essa pretensão a uma teoria geral só pode servir como um auxílio à teoria historicamente mais descritiva, “realista”, que seja útil para uma visão espaço-temporal da vida econômica englobando seus aspectos institucionais¹⁶ (SPIETHOFF, 1932, p. 52; HARADA, 1997, p.

¹⁴ Gottl-Ottlilienfeld foi um adepto da escola histórica, cultivado tanto nas ciências exatas, quanto nas humanidades. Doutorou-se na Universidade de Heidelberg, tornando-se especialista em *Staatswissenschaft*, sob orientação do celebre economista Karl Knies (1821-1898). Após lecionar na Technische Hochschule em Brünn e München, ocupou, em 1919, a primeira cátedra de *Theoretische Nationalökonomie* (Economia Teórica) na recém-fundada Universidade de Hamburgo. Na mesma qualidade, foi para Kiel em 1924 e para a Universidade de Berlim em 1926. Assim como Max Weber e Werner Sombart, insere-se Ottlilienfeld no rol daqueles intelectuais que estavam particularmente interessados em promover a articulação entre teorias econômica, histórica e sociológica. Por outro lado, no que concerne à questão sobre o juízo de valor (*Werturteilsfrage*), seja de gosto, ético ou político, ele acreditava que isto deve ser tratado sempre de modo subjetivo, e portanto fora do âmbito da ciência. Fonte: Eintrag "Gottl-Ottlilienfeld, Friedrich von" in Munzinger Online/Personen - Internationales Biographisches Archiv, URL: <http://www.munzinger.de/document/00000001797> (abgerufen von nicht angemeldet am 6.2.2019).

¹⁵ Em sua *Geschichte der Volkswirtschaftslehre*, Salin avalia o trabalho de Spiethoff sobre crises e *business cycles* como uma completa e perspicaz amalgama de teorias racional e histórica, em que se destaca uma formidável articulação entre fenômenos observáveis (*anschaulich*) e teóricos ou puros, sem que haja prejuízo no que toca à preservação da tradição histórica em sua forma essencial, ou qualquer forma de sujeição quanto à independência do pensamento genuinamente teórico (KURZ, 2010, p. 3).

¹⁶ Com base no viés histórico da economia nacional, tal como expresso em List, ou seja, respaldando-se na rejeição a soluções abstratas que reivindicassem igual validade para todas as circunstâncias econômicas, mas, em vez disso, ancorado sobre um novo princípio teórico, limitado a um determinado momento e localidade, Spiethoff delimita cada “estilo econômico” (*Wirtschaftsstil*), a um período e região específicos, caracterizado pelo que denominou “coexistência econômica” (*wirtschaftliches Zusammenleben*). Em seu entendimento, uma teoria válida para um único “estilo de economia” particular, dever-se-ia chamar Economia Geral (*Allgemeine Volkswirtschaftslehre*), o que evidencia notável influência da tradição econômica alemã, já que do ponto de vista da Escola Histórica, a teoria em princípio possui validade restrita ao espaço e tempo, de modo que até mesmo a teoria geral é válida em apenas um cenário cronológico. Spiethoff reverencia, assim, o conceito de teoria intuitiva, tomando emprestado tanto o nome, quanto o arcabouço teórico de Salin e Sombart sobre formações econômicas em períodos históricos distintos. Além disso, ele diz que tal modelo teórico é obtido mediante a análise e consideração de muitos fenômenos parciais da coexistência econômica, o que comprova a aplicação do método indutivo,

383; KURZ, 2010, p. 1-3).

O objetivo de Salin, Gottl-Ollilienfeld e Spiethoff consistia, portanto, em combinar em uma só teoria preceitos econômicos originados a partir de diferentes perspectivas analíticas, que, embora se apresentem de forma muitas vezes discrepantes, são passíveis de conciliação. Decerto, Salin identificava nos economistas ortodoxos os protagonistas de um conhecimento parcial, pois de certo modo negligenciavam a diversidade da cultura humana. Nesse sentido, pode-se dizer que, de um ponto de vista estritamente teórico, seu propósito em sua *Geschichte der Volkswirtschaftslehre* (1923) era não apenas apontar as inconsistências do historicismo, mas também evidenciar as limitações da ortodoxia neoclássica. Nessa obra monumental, Salin ainda oferece exame crítico e abrangente acerca da História do Pensamento Econômico, dos gregos até o limiar do século XX, em que ganham relevo tanto os representantes das escolas clássica e neoclássica (Smith, Malthus, Ricardo, Pareto, Marshall), quanto os economistas históricos, particularmente, os já mencionados Werner Sombart e Max Weber. Em seu ensaio *Kapitalbegriff und Kapitallehre von der Antike zu den Physiokraten (Conceito de capital e teoria do capital desde a antiguidade até os fisiocratas, 1930)*, material preparado como parte de um tratado intitulado *Das Kapital in der vorklassischen Wirtschaftslehre (O capital na economia pré-clássica)*, Salin apresenta uma detalhada genealogia dos conceitos econômicos desde os pré-socráticos. Trata-se de um trabalho de inefável erudição que consiste em revelar não apenas o sentido hermenêutico dos conceitos, mas também indicar as causas de sua metamorfose no correr do tempo. Com base no imponente saber adquirido sobre a história econômica e a história do pensamento econômico, Salin constituiu em torno de si uma autoridade quase inquestionável em assuntos práticos e teóricos, o que explica sua importância no debate sobre a unificação dos mercados europeus (SALIN, 2007 [1929], p. 95-98; WILHELM, 2016, p. 1146).

4. *List-Gesellschaft* e a integração econômica européia

Desde do início, a *List-Gesellschaft* (LG), entidade fundada por Salin em 1954, direcionou seus esforços à resolução de problemas econômicos contemporâneos (WENDLER, 2013, p. 264). Com esse propósito, ela desempenhou papel de destaque no debate em favor da integração econômica européia. De fato, os anos que sucederam a criação da (LG) foram marcados por notável produção monográfica, bem como por uma série de conferências em que se discutiram em profundidade questões como integração plena e parcial, política de preços, oferta de trabalho, extensão do mercado, métodos e custos de exploração do carvão e produção do aço etc. (ERB; ROGGE, 1958, p. 9-17). Antes de Salin e seu grupo, no entanto, teóricos do comércio internacional e da união aduaneira, como Jacob Viner e James Edward Meade, já haviam explicitado a nível conceitual as vantagens inerentes à integração econômica. Direta ou indiretamente, esses estudiosos reconheciam a validade do postulado listiano de que uniões e tratados comerciais que envolvem benefícios mútuos são meios eficazes de estreitar as relações entre as diferentes nações. O *Zollverein* foi considerado, por isso, um importante acordo de livre comércio e um paradigma a ser seguido. Por seu intermédio, pela primeira vez, Estados politicamente independentes eliminaram barreiras comerciais entre si, conferindo autoridade delegada a um corpo superior. Por conseguinte, ao longo das negociações para instaurar uma área de livre comércio na Europa, inúmeras referências foram feitas ao *Zollverein*. Na verdade, quase todas as especulações sobre a origem, natureza e consequências políticas e econômicas da unificação das tarifas tendiam de alguma forma basear-se na experiência alemã. Não é de admirar que, desde o início, Alemanha já era considerada modelo à integração européia (VINER, 1950, p. 97; DE CECCO, 1999, p. 22- 27; DUMKE, 1984, 71-73; HALLSTEIN, 1963, p. 162; SALIN, 1960, p. 39).

A LG, por seu turno, foi essencial para a avaliação da exequibilidade da união aduaneira européia. Todavia, em vez de lançar mão da designação Comunidade Econômica Europeia (*Europäische* visando obter uma imagem teórica transcrita da realidade (HARADA, 1997, p. 383).

Wirtschaftsgemeinschaft), Salin propôs o termo *Kerneuropa*, com intenção de inserir Alemanha no âmbito do debate sobre a integração, bem como chamar atenção para o fato de ser a Europa um continente, e não uma espécie de apêndice da Ásia. Nesse sentido, Salin emprega estrategicamente o vocábulo *Kern* em sua retórica, significando tanto a ideia de “cerne” e “centro”, quanto “embrião”, “origem”, “princípio”, “base”, “começo” etc. Desse modo, em uma brochura intitulada *Friedrich List. Kerneuropa und die Freihandelszone: Zwei Reden zur Europäischen Politik (Friedrich List. Núcleo da Europa e a Área de Livre Comércio: Dois Discursos sobre a Política Européia, 1960)*, Salin faz referência explícita à experiência do *Zollverein* e, simultaneamente, assenta as bases da futura União Européia, visto que, em sua visão, uma área de livre comércio no interior de um território aduaneiro único (*einheitlichen Zollgebiet*) contemplaria a circulação não apenas de mercadorias, mas também de pessoas, capitais e serviços¹⁷ (SALIN, 1960, p. 20-24).

Conforme Salin, a Comunidade Econômica Europeia (CEE) não é senão o que List havia concebido como União Aduaneira Européia (*Europäischer Zollverein*) ou aliança continental. Essa entidade, todavia, do mesmo modo que o *Zollverein* alemão, não seria um fim em si mesmo, mas apenas uma etapa intermediária com vistas à instituição de uma economia mundial ou cosmopolítica. Isso porque uma área de livre comércio implica tanto a supressão de todas as barreiras comerciais internas (*Handelsbeschränkungen*), quanto o estabelecimento de restrições à entrada de mercadorias provenientes do exterior (SALIN, 1960, p. 14-20). Salin recorda que List, baseando-se na História, ilustra tal paradoxo ressaltando a experiência da Grã-Bretanha, a qual, por meio da união dos três reinos, Inglaterra, Escócia e Irlanda, revelou ao mundo como funcionam, na prática, os mecanismos implícitos à política econômica de um território aduaneiro unificado. Para Salin, portanto, o *Zollverein* europeu seria somente um estágio intermediário (*Zwischenzustand*), visando o aperfeiçoamento das instituições européias, bem como seu fortalecimento econômico. Para levar a termo esses propósitos, no entanto, era mister vencer a resistência, gerada pela desconfiança e, sobretudo, pelo trauma causado pelas duas grandes guerras (SALIN, 1960, p. 15-16).

Tal como List no caso da Alemanha, Salin apoia-se na História para assentar as bases da futura confederação européia. Em seu entendimento, a Europa é essencialmente um fenômeno histórico que deriva sua singularidade cultural da mistura de elementos germânico e latino, ao passo que funda sua unidade política no Império de Carlos Magno, o qual não era nem francês nem alemão, mas sim europeu, situado no coração da Europa (SALIN, 1960, p. 24-25). De acordo com Salin, desde a fragmentação do Império Carolíngio, a Europa encontra-se dividida. Somente com a instituição da Comunidade Econômica Europeia, ela caminharia novamente no sentido de reestabelecer diplomaticamente os alicerces de sua completa unidade. Além dos intrincados problemas políticos e econômicos, outra questão a ocupar o pensamento de Salin era se os habitantes da *Kerneuropa*, ou seja, alemães, franceses, belgas, holandeses, luxemburgueses e italianos se reconheciam, de fato, como europeus. Salin chama a atenção, assim, para a necessidade de se construir uma nova identidade cultural supranacional como forma de estreitar os laços de solidariedade entre esses povos, os quais, de certo modo, ainda ressentiam as lembranças perturbadoras da recente guerra (SALIN, 1960, p. 30).

Salin estava convicto de que não haveria alternativa mais viável para impulsionar as economias dos Estados europeus do que a aposta máxima da união aduaneira européia. A completa efetivação desse

¹⁷ Conceitualmente, os teóricos da *List-Gesellschaft*, como Gottfried Erb e Peter Rogge, definem esse fenômeno como integração plena (*Vollintegration*), o qual se caracteriza pela uniformização dos pedágios de trânsito, políticas sociais, normas jurídicas e financeiras, bem como pelo estabelecimento de maior segurança quanto à oferta de bens, capitais, serviços etc. A integração é, portanto, algo completamente diferente do que a mera interação de mercados, pois ela cria de modo efetivo maior unificação político-econômica (ERB, ROGGE, 1958; p. 23-24). Hebert Giersch, por exemplo, definia integração como uma articulação interindependente dos mercados em uma área de comércio comum, ou seja, isenta de fronteiras internacionais que impedissem as relações políticas e econômicas entre os países envolvidos (Ver o discurso de Hebert Giersch na sessão “Generaldiskussion zu den Themen: Erhöhung des Goldpreise? und Flexible Wechselkurse?: Marktintegration, Wechselkurs und Standortstruktur”. In: BOCHUD, François (ed.). *Fundamentale Frage Künftiger Währungspolitik*. Kyklos-Verlag (Veroeffentlichungen der List Gesellschaft): Basel e Tübingen, 1965).

objetivo, todavia, levantava uma série de questões econômicas importantes, como a uniformização monetária, a qual constituía elemento fundamental à plena integração econômica.¹⁸ Novamente, Salin recorreu a experiência histórica alemã para mostrar como a padronização monetária instaurada pelo *Mark Bank* de Hamburgo, com a implementação do *Deutsche Mark*, provou-se favorável à promoção do comércio e à estabilização econômica. Ele acreditava que a introdução de um *goldflorin* europeu seria de grande benefício para fundar a aliança continental, já que a estabilidade do dinheiro e a preservação de seu poder de compra criam uma realidade que proporciona segurança em um mundo suscetível a ciclos inflacionários.¹⁹ Salin argumentava que a equivalência pecuniária certamente ofereceria maior garantia de unidade contra as tendências de desintegração melhor do que qualquer acordo econômico. Isso porque, ao facilitar a circulação de mercadorias e, por conseguinte, o intercâmbio comercial, a moeda única (*einheitswährung*) promoveria a prosperidade de todos os envolvidos.²⁰

Cumprir observar que a abolição das aduanas e dos direitos de portagem tem como implicação necessária uma transformação fundamental ao nível das relações de concorrência. Na prática, se a supressão das tarifas internas cria, por um lado, novas oportunidades de empreendedorismo e de ampliação de postos de trabalho, favorecendo o crescimento de algumas indústrias, abrindo-lhes novas oportunidades de mercado, por outro lado, é inegável que essa nova configuração das forças políticas e econômicas aumentam, com efeito, a concorrência das importações, ocasionando a falência dos negócios obsoletos. Isto pode até parecer razoável do mero ponto de vista do consumidor, mas acarreta diversos problemas socioeconômicos. Quanto a esse dilema, Salin não vislumbrava solução imediata. Ele acreditava que o resultado final do desencadeamento desse processo dependeria do tamanho do mercado comum e do conseqüente aumento da produtividade, o que acarretaria maior oferta de bens e, por conseguinte, a generalização da melhoria do padrão de vida a todos os níveis sociais (SALIN, 1960, p. 46).

Atualmente, além da imigração crescente, outras razões a levar o Reino Unido abandonar o bloco localizam-se no lento crescimento e na parca competitividade econômica de alguns dos membros da União Européia (UE). Isso, em certa medida, faz recordar um dos argumentos mais importantes desenvolvido por List a respeito do livre comércio. Como exposto acima, o economista alemão acreditava que o comércio livre e irrestrito entre diferentes nações, reconhecendo todas elas as mesmas condições de direito entre si e renunciando aos próprios interesses, só pode ser realizada com sucesso se elas tiverem atingido mais ou menos o mesmo grau de indústria e civilização, de cultura política e poder. Somente sob tais circunstâncias, essa união favorece o crescimento de todos. Caso contrário, as nações em estágio

¹⁸ Ao refletir sobre a questão em seu livro *Preispolitik im Teilintegrierten Markt (A Política de Preços no Mercado Semi-integrado)*, Erb e Rogge já afirmavam que a integração plena não geraria qualquer problema particular à política de preços no que se refere à economia nacional. De fato, eles reconhecem que possíveis incompreensões desse ponto decorrem da forma como o conceito de integração é empregado. Na prática, ele nada mais é do que a criação de um mercado comum a integrar os traços característicos específicos dos mercados internos das economias nacionais individuais (BOCHUD, 1965, p. xv-xvi; ERB; ROGGE, 1958, p. 23).

¹⁹ Urge lembrar que a decisão de adotar o Euro como moeda única foi tomada num momento em que os movimentos de capital foram liberalizados. A iniciativa foi a forma encontrada para evitar a especulação sobre as taxas de câmbio, pois grandes flutuações ameaçariam o mercado integrado de bens e serviços. A questão não muito clara à época sobre a lógica de adotar a moeda única é que o sistema bancário se torna, assim, cada vez mais pan-europeu, com bancos operando acima das fronteiras nacionais e sendo propriedade de acionistas de muitos países (WYPLOSZ, 2009, p. 22-23).

²⁰ Nos dias 5 e 6 de Março 1965, em Frankfurt am Main, a LG realizou uma conferência, organizada por Salin, Hans C. Boden, Franz Etzel, Hand Moeller, em que se reuniram cerca de sessenta especialistas em finanças e administração pública, banqueiros e economistas de oito diferentes países dos continentes europeu e americano para discutir o tema da política monetária. Nesse evento intitulado, *Fundamentale Fragen künftiger Währungspolitik (Questão Fundamental da Política Monetária Futura)*, os participantes refletiram basicamente sobre três tópicos essenciais: (i) *Erhöhung des Goldpreises? (Elevação do preço do ouro?)* (ii) *Flexibel Wechselkurse? (Taxas de câmbio flexíveis?)* (iii) *Europäische Währungsunion? (União Monetária Européia?)*. Em seu discurso intitulado *II Thesen zur Frage der Europäischen Währungsunion (II Teses sobre a Questão da União Monetária Européia)*, Salin sustentou que o êxito da CEE dependeria não apenas da unificação dos direitos aduaneiros ou do estabelecimento de uma unidade nuclear de conta europeia, mas, principalmente, da instituição de uma moeda comum. Ele afirma também que a união monetária europeia não seria um postulado utópico, mas uma ferramenta útil cuja validade geral seria verificada historicamente, sendo, portanto, oportuna a deliberação sobre a formação da futura política monetária (BOCHUD, 1965, p. 94-96).

defasado de desenvolvimento terão em breve tempo reduzidas suas já precárias forças produtivas. Consequentemente, sua produção e seu poder de consumo serão escassos. Decerto, um sistema continental eficaz, diferentemente do que tem acontecido com a UE, só pode ter êxito se tiver como objetivo e concretizar uma participação igual nas vantagens resultantes desse pacto, o que não tem acontecido até agora, uma vez que o rápido crescimento econômico de alguns dos seus membros resulta da importação de capital, e não do aprimoramento e ampliação de investimentos em infraestrutura, transporte, produção de energia e gestão de recursos hídricos; *condictio sine qua non* de todo o desenvolvimento econômico (LIST, 1850 [1839], p. 65; 1983 [1841], p. 124-286).

Considerações finais

O artigo buscou realçar a influência de List no século XX, ao colocar em evidência seus esforços em favor do *Zollverein*. Sua atividade em prol do livre comércio entre os Estados Alemães foi decisiva para suprimir as tendências de clivagem ali historicamente construídas. Após a publicação de seu *Sistema Nacional de Economia Política*, sua produção intelectual aumentou juntamente com seu renome. Após recusar a posição de editor-chefe do *Rheinische Zeitung*, emprego que foi então oferecido a Karl Marx, escreveu List copiosamente para o *Allgemeine Zeitung* e o *Zollvereinsblatt*, jornal por ele mesmo editado. Nesse particular, quando se diz que a produção de List foi influente para a integração dos Estados Alemães, dá-se ao termo “obra” acepção ampla, no sentido de que esta, além de sua *Magnum Opus*, abrange centenas de artigos, ensaios, panfletos, cartas, discursos etc. (SCHMIDT, 2012, p. 353). Na década de 1920, este material foi catalogado e editado pela *Friedrich List-Gesellschaft*, a qual foi também proeminente na reestruturação econômica alemã durante o Entre-Guerras.

A *List-Gesellschaft* foi igualmente de vital importância para o esclarecimento das vantagens inerentes à área de livre comércio. Deu-se ênfase ao *Zollverein*, pois ele foi tomado como modelo a ser seguido. Salin, por exemplo, apresentava List como um dos precursores União Européia, ao conceber a ideia de *Europäische Zollverein*, (União Aduaneira dos Estados Europeus). Apesar disso, não se levou devidamente em consideração em que circunstâncias List admite que a supressão das barreiras comerciais favorece um estado de coisas que beneficia a todos. Decerto, embora List reconheça as vantagens gerais do livre comércio, ele preferia limitar seu impacto a países com níveis semelhantes de desenvolvimento. Ele preconizava que em nações desprovidas de sólida força produtiva, cujo mercado manufatureiro está exposto à livre concorrência por parte de uma nação já dotada de supremacia manufatureira, com frequência o valor da importação de bens manufaturados e outros serviços ultrapassa sobremodo o valor dos seus produtos exportados, o que por vezes ocasiona contínua exportação de espécies, podendo gerar até contração na economia. A esse respeito, List é enfático ao afirmar que, as exportações de lingotes de ouro e prata, por minarem o sistema de circulação de papel-moeda, necessariamente levam à ruína do crédito dos bancos, e consequentemente a revoluções gerais nos preços da propriedade da terra e dos bens em circulação. Por outro lado, a destruição e as convulsões do comércio e do sistema de crédito, somado às reduções de consumo, acarretam danos para o bem-estar dos indivíduos, deixando atrás de si conseqüências sociais desastrosas (LIST, 1983 [1841], p. 93-94; WENDLER, 2013, p. 224; 2014, p. 65; 2017, p. 25).

Com as crises que se sucederam aos anos 2007-2008, juntamente com a elevação da taxa de desemprego, cresceram os movimentos ultranacionalistas. Esses grupos tem encontrado grande recepção e se fortalecido politicamente em diversos países da União Européia. As crises, as incertezas, o terrorismo etc. tem gerado o fenômeno a que se denomina “euroceticismo”. Hoje a União Européia enfrenta um dos seus maiores desafios, isto é, impedir que a comunidade se fragmente. Em 2016, um dos seus mais importantes correligionários, a saber, o Reino Unido, declarou que sairá da União Européia. A retirada desse importante parceiro pode ter implicações econômicas muito negativas, pois a economia do Reino Unido é uma das maiores do mundo e vários países da Europa dependem dela. Com isso, é provável que a União Europeia fique fraca e menos atraente para investimentos e negócios. Ainda é muito

cedo para fazer prognósticos acerca do futuro da União Européia. O que se percebe é que até agora tem se confirmado a previsão de List, o qual, como visto acima, afirmava que o livre comércio, em se tratando de países com grandes diferenças nos níveis de desenvolvimento das forças produtivas está certamente fadado à ruína. Igualmente, o viés econômico da integração não foi capaz de suprimir séculos de rivalidades e ressentimentos entre os diversos países que compõem o grupo. Tudo isso mostra nitidamente ser esse o momento crucial para se repensar o futuro da Europa.

Referências

- ARCHICK, Kristin. The Europe Union: Current Challenges and Future Prospects. *Congressional Research Service*, n. 7, 2016.
- BELKA, Marek. The global economic crisis is testing the cohesion of the European Union. *Finance & Development*, Vol 46, n. 8, pp. 8-11, 2009.
- BIERI, Davis S. *Intuitive Economics: On the Role of Power and Knowledge in Post-Crisis Economics*. p. 1-30, 2011. Disponível em: http://david-bieri.com/docs/IntuitiveEcon_Bieri.pdf. Acesso em: 02/02/2019.
- BOCHUD, François (ed.). *Fundamentale Frage Kuenftiger Waerungspolitik*. Kyklos-Verlag (Veroeffentlichungen der List Gesellschaft): Basel e Tuebingen, 1965.
- BOIANOVSKY, Mauro. "Friedrich List and the Economic Fate of Tropical Countries". *History of Political Economy*, Vol. 45, n. 4, p. 1-52, 2011.
- BORBÉLY, Emesse. J. A. Schumpeter und die Innovationsforschung. *MEB Budapest Tech*, n. 17, p. 401-411, 2008.
- BORCHARDT, Knut; SCHÖTZ, Hans-Otto. Wirtschaftspolitik in der Krise – Die Geheimkonferenz der Friedrich-List-Gesellschaft im Setember 1931 über Möglichkeiten und Folgen einer Kreditausweitung – *Aus Monografien der List-Gesellschaft Neue Folge*, Band 13, p. 1-6, 1991.
- CHANG, Ha-Joo. *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective*. London: Anthem Press, 2007a.
- CHANG, Ha-Joo. *Bad Samaritans: The Myth of Free Trade and the Secret History of Capitalism*. London: Bloomsbury Press, 2007b.
- DAASTØL, Arno M. *Friedrich List's Heart, Wit and Will: Mental Capital as the Productive Force of Progress*. 2011. Tese (Doutorado em Economia) - Staatswissenschaftliche Fakultät, Universität Erfurt, Erfurt. 2011. 583f.
- DAASTØL, Arno M. Friedrich List: the international dynamics of mindpower. In: REINERT, Erik S; GHOSH, Jayati; KATTEL, Rainer. *Handbook of Alternative Theories of Economic Development*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, p. 87-106, 2016.
- DE CECCO, Marcello. *L'oro di Europa: monete, economia e politiche nei nuovi scenari mondiali*. Roma: Donzelli Editore, 1999.
- DINAN, Desmond. *Europe Recast: A History of European Union*. Boulder: Lynne Rienner, 2014.
- DINAN, Desmond. Fifty Years of European Integration: A Remarkable Achievement. *Fordham International Law Journal*. Vol. 31, n. 5, p. 1118-1142, 2007.
- DUMKE, R. H.. Tariffs and Market structure: The German Zollverein as a Model for Economic Integration. In: LEE, Robert W. (ed.) *German Industry and German Industrialisation: Essays in German Economic and Business History in the Nineteenth and Twentieth Centuries*. London: Routledge, 1991.

- DUMKE, Rolf H. Der Deutsche Zollverein als Modell ökonomischer Integration: Wirtschaftliche und politische Integration in Europa im 19. und 20. *Geschichte und Gesellschaft – Sonderheft*, Vol. 10, p. 71-101, 1984.
- EBENER, Alexander. Ökonomie als Geisteswissenschaft? Grundzüge der Erklären-Verstehen-Kontroverse in den deutschen Wirtschaftswissenschaft. Überarbeitete Fassung des Beitrags zur Jahrestagung des VfS-Ausschusses für die Geschichte der Wirtschaftswissenschaften in Stuttgart-Hohenheim, 27-29, p. 1-34, 2010. Disponível em http://www.fb03.uni-frankfurt.de/49144096/Ebner_2014_%C3%96konomie_als_Geisteswissenschaft.pdf. Acesso em: 24/01/2019.
- EICHENGREEN, Barry. Stress Test for the Euro: countries tempted to abandon the European currency face formidable barriers. *Finance & Development*. Vol. 46, n. 2, p. 19-23, 2009.
- FURNISS, Henry. Life of Friedrich List, and Selections from his Writings by Margaret E. Hirst and F. W. Hirst. *The Economic Journal*. Vol. 19, n. 75, p. 432-435, 1909.
- ERB, Gottfried; ROGGE, Peter. *Preispolitik im Teilintegrierten Markt*. Basel und Tübingen: Kyklos-Verlag (Veröffentlichungen der List Gesellschaft), 1958.
- GALATI, Gabriele. Triennial Central Bank Survey of Foreign Exchange and Derivatives Market Activity in April 2007. *Bank for International Settlements – Monetary and Economic Department*, p. 1-20, 2007.
- GOTTL-OTTLILIENFELD, Friedrich von: *Die Herrschaft des Wortes. Untersuchungen zur Kritik des nationalökonomischen Denkens*. Jena: Verlag von Gustav Fischer, 1901.
- GUZZETTI, Luca. *A Brief History of European Union Research Policy*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 1945.
- HALLERBERG, Mark; WEBER, Katja. German unification 1815-1871 and its relevance for integration theory. *European Integration*, Vol. 24, n.1, p. 1-21, 2002.
- HALLSTEIN, Walter. The European Economic Community. *Political Science Quarterly*. Vol. 78, n. 2, p. 161-178, 1963.
- HARADA, Tetsushi. Two Developments of the Concept of *Anschauliche Theorie* (Concrete Theory) in Germany and Japan. In: KOSLOWSKI, Peter (ed.). *Methodology of the Social Sciences, Ethics, and Economics in the Newer Historical School. From Max Weber and Rickert to Sombart and Rothacker*. Berlin: Springer-Verlag, p. 375-411, 1997.
- HENDERSON, William O. *The Rise of German Industrial Power 1834-1914*. California: University of California Press, 1975.
- HOLTFRERICH, Carl-Ludwig. Did monetary unification precede or follow political unification of Germany in the 19th century? *European Economic Review*. N. 37, p. 518-524, 1993.
- HUNT, Diana. *Economic Theories of Development: An analysis of competing paradigms*. New York [etc.]: Harvester Wheatsheaf, 1989.
- JAMES, Harold. The Causes of the German Banking Crisis of 1931. *The Economic History Review*, Vol 37, n. 1, p. 68-87, 1984.

- JANSSEN, Hauke. *Zwischen Historismus und Neoklassik: Alexander Ruestow und die Krise in der deutschen Volkswirtschaftslehre*. Tübingen: Hamburgischer Weltwirtschafts Institut, 2009.
- JIMENO, Juan F. Long-lasting consequences of the European crises. *European Central Bank Working Paper Series*, n. 1832, p. 1-30, 2015.
- KALERGI-COUDENHOVE, Richard. *Pan-Europa*. Wien: Pan-Europa-Verlag, 1982.
- KIM, Hak-le. *Industrie, Staat und Wirtschaftspolitik: Die Konjunkturpolitische Diskussion in der Endphase der Weimar Republik 1930-1932/33*. Berlin: Duncker & Humblot, 1997.
- KOSE, Ayhan M; LOUNGANI, Prakash; TERRONE, Marco E. Out of the Ballpark: By any measure, the ongoing global recession is the deepest and the most synchronized of the postwar period. *Finance & Development*. Vol. 46, n. 2, p. 25-29, 2009.
- KURZ, Heinz D. The Beat of Economic Heart. Joseph Schumpeter and Arthur Spiethoff on Business Cycles. *Munich Personal RePEc Archive (MPRA)*, n. 20429, p. 1-33, 2010.
- LANDESMANN, Michael. Effects of the Euro crisis on Europe's periphery (East, South and Southeast); *Wiener Institut für Internationale Wirtschaftsvergleiche*, n. 8, p. 1-3, 2012.
- LEE, Robert W. Economic Development and the State in Nineteenth Century Germany. *The Economic History Review, New Series*, Vol. 41, n. 3, p. 346-367, 1988.
- LEVI-FAUR, David. Friedrich List and the Political Economy of the Nation-State. *Review of International Political Economy*, Vol. 4, n. 1, p. 157-178, 2012.
- LIEBIG, Michael. Friedrich List and the American System of political economy. *EIR News Service Inc.* Vol. 25, n. 12, p. 25-29, 1998.
- LIST, Friedrich. Vorschläge, Deutschlands künftigen Handel betreffend. *Allgemeiner Anzeiger der Deutschen*, n. 209-211, p. 2209-2216, 1815.
- LIST, Friedrich. Aufsätze in Sache des Handesvereins (1819). In: HAUESSER, Ludwig (ed). *Friedrich List's gesammelte Schriften* (Zweiter Theil). Band II, Stuttgart und Tuebingen. F.G. Cotta'scher Verlag, p. 15-62, 1850.
- LIST, Friedrich, "Outlines of American Political Economy". In: HIRST, Margaret E. *Life of Friedrich List and Selections from his Writings*. London: Smith, Elder & Co., p. 147-272, 1909.
- LIST, Friedrich. Ideas sur les réformes économiques, commerciales e financières, applicables à la France. *Revue Encyclopédique, ou Analyse raisonnée des productions les plus remarquables dans la littérature, les sciences et les arts*. n. 30, p. 37-52, 1831.
- LIST, Friedrich. *Über ein sächsisches Eisenbahn-System als Grundlage eines allgemeinen deutschen Eisenbahn-Systems* (1833). Leipzig: Philipp Reclam jun. Verlag, 1897.
- LIST, Friedrich. *Die Welt bewegt sich. Über die Auswirkungen der Dampfkraft und der neuen Transportmittel auf die Wirtschaft, das bürgerliche Leben, das soziale Gefüge und die Macht der Nation* (1837). (Pariser Preisschr.). Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1985.
- LIST, Friedrich. *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

- LIST, Friedrich. Zur deutschen Eisenbahnfragen (1844). In: HAUSSER, Ludwig (ed.) *Friedrich List' gesammelte Schriften (Zweiter Theil)*. Stuttgart und Tuebingen: F. G. Cotta'scher Verlag, p. 235-254, 1850.
- LIST, Friedrich. Die politische oekonomische Nationalheit der Deutschen (1846a). In: HAUSSER, Ludwig (ed.) *Friedrich List' gesammelte Schriften (Zweiter Theil)*. Band II, Stuttgart und Tuebingen: F. G. Cotta'scher Verlag, p. 367-434, 1850.
- LIST, Friedrich. Ueber den Werth und die Bedingungen einer Allianz zwischen Grossbritannien und Deutschland (1846b). In: HAUSSER, Ludwig (ed.) *Friedrich List' gesammelte Schriften (Zweiter Theil)*. Band II, Stuttgart und Tuebingen: F. G. Cotta'scher Verlag, p. 435-468, 1850.
- LIST, Friedrich. Politik der Zukunft. *Allgemeine Zeitung*, n. 39, p. 305-312, 1846c.
- LIST, Friedrich. Introduction to the "National System of Political Economy". In: HIRST, Margaret E. *Life of Friedrich List and Selections from his Writings*. London: Smith, Elder & CO., p. 287-318, 1909.
- METZELTIN, Michael. Europaeische Identitaet und Europaeische Integration. In: MAZOHL, Brigitte. *Europaëiscge Integration – Europaëische Identitaet?*. *OeAW: Forschung und Gesellschaft*. n. 8, p. 8-34, 2014.
- MÖLLER, Almut. Germany. In: MÖLLER, Almut; OLIVER, Tim. The United Kingdom and European Union: What would a "Brexit" mean for the EU and other States around the world. *Deutsche Gesellschaft für Auswärtige Politik e.V.*, Vol 1, n. 16, p. 23-27, 2014.
- NICHOLLS, Anthony J. *The Social Market Economy in Germany 1918-1963*. Oxford: Oxford University Press, 1994.
- NOORD, Paul v. Economic Crisis in Europe: Causes, Consequences and Responses. *European Economy*, n. 7, p. 1-90, 2009.
- NUGENT, Neill. *Governo e politiche dell'Unione europea*. (traduzione di Maria Luissa Bassi) Bologna: Società editrice il Mulino, 1995.
- OLIVEIRA, Flávio S. Bases do Nacionalismo Econômico em Friedrich List. *Análise Econômica*, ano 35, n. especial, p. 185-207, 2017.
- PLOECKL, Florian. The Zollverein and the Formation of a Customs Union. *Discussion Papers in Economic and Social History*. N. 84, p. 1-40, 2010.
- PROEGER, Till. Eine Ideengeschichtliche Analyse der Kritik deutscher Oekonomen an Geldmengenexpansionen 1929-1933. *Sofia (Sonderforschungsgruppe Institutionenanalyse)*, Vol. 16, n. 2, p. 1-92, 2016.
- ROBBINS, Lionel. *The Theory of Economic Development in the History of Economic Thought*. London: Macmillan St. Martin's Press, 1968.
- SALIN, Edgar. *Geschichte der Volkswirtschaftslehre* (1929), Berlin: Springer Verlag, 2007.
- SALIN, Edgar. *Friedrich List. Kerneuropa und die Freihandelszone: Zwei Reden zur europaeischen Politik*. Tuebingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1960.
- SALIN, Edgar. Hochkapitalismus. Eine Studie über Werner Sombart, die deutsche Volkswirtschaftslehre und das Wirtschaftssystem der Gegenwart (1927). In: B. vom Brocke (Hg.). *Sombarts 'Moderner Kapitalismus. Materialien zur Kritik und Rezeption*, München, p. 161-195, 1987.

- SALIN, Edgar. "Kapitalbegriff Und Kapitallehre Von Der Antike Zu Den Physiokraten." *Vierteljahrschrift Für Sozial- Und Wirtschaftsgeschichte, JSTOR*, Vol. 23, no. 4, pp. 401–440, 1930.
- SCHEFOLD, Bertram. Edgar Salin and his concept of "Anschauliche Theorie" ("Intuitive Theorie") during the Interwar Period. (*Series: Economic Thought and Policy in the Interwar Period*), n. 46, p. 1-16, 2004.
- SCHEFOLD, Bertram. *Great Economic Thinkers from Antiquity to the Historical School*. London: Routledge, 2016.
- SCHEFOLD, Bertram. *Great Economic Thinkers from the Classics to the Moderns*. London and New York: Routledge, 2017.
- SHELBURNE, Robert C; TRENTINI, Claudia. Public Health in Europe: The 2007-2009 Financial Crisis and UNECE Activities. *UNECE Discussion Paper Series*, n. 2, p. 1-21, 2009.
- SCHNABEL, Isabel. The German Twin Crisis of 1931. *The Journal of Economic History*, Vol. 64, n. 3, p. 822-871, 2004.
- SCHÖNHÄRL, Korinna. *Wissen und Visionen: Theorie und Politik der Ökonomen im Stefan George-Kreis*. Berlin: Akademie Verlag GmbH, 2009.
- SCHMIDT, Karl-Heinz. Friedrich List's Striving for Economic Integration and Development. In: BACKHAUS, Jürgen G. *Handbook of the History of Economic Thought. Insights on the Founders of Modern Economics*. London: Springer, p. 351-368, 2012.
- SCHNABEL, Isabel. The German Twin Crisis of 1931. *The Journal of Economic History*, Vol. 64, n. 3, p. 822-871, 2004.
- SNYDER, Louis L. *Roots of German Nationalism*. Bloomington: Indiana University Press, 1978.
- SPIETHOFF, Arthur, „Die Allgemeine Volkswirtschaftslehre als geschichtliche Theorie. Die Wirtschaftsstile“, in Schmollers Jahrbuch für Gesetzgebung, Verwaltung und Volkswirtschaft im Deutschen Reich, Bd. 56, 2. Halbband, S. 51 –84, 1932.
- STEINBERG, James B. *An Ever Closer Union: European Integration and its Implications for the Future of U.S. - European Relations*. California: Rand Published, 1993.
- STROE, Mihaela-Andreea. Impact of the Financial Crisis upon eastern Europe countries: Still a problem for the economy of the region? *Challenges of the knowledge Society. Economy*, Vol. 1, p. 1547-1552, 2011.
- THIVEAUD; Jean-Marie; DE OLIVEIRA, Matthieu. Les unions monétaires en Europe au XIXe siècle. In: *Revue d'économie financière. Hors-série*, p. 161-172, 1992.
- TOOZE, Adam J. *Statistics and the German State, 1900-1945: The Making of Modern Economic Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- VINER, Jacob. *The Customs Union Issue*. New York: Carnegie Endowment for international Peace, 1950.
- WENDLER, Eugen. Die Friedrich-List-Gesellschaft (FLG) und der Nationalsozialismus. *List Forum fuer*

Wirtschafts- und Finanzpolitik, Vol. 31, n. 3, p. 197-214, 2005.

WENDLER, Eugen. *Friedrich List (1789-1846): A Visionary Economist with Social Responsibility*. New York: Springer, 2013.

WENDLER, Eugen. *Friedrich List im Zeitalter der Globalisierung: Eine Wiederentdeckung*. Reutlingen: Springer Gabler, 2014.

WENDLER, Eugen. Nie war er so wert wie heute! Die ökonomischen Lehren von Friedrich List. In: Perspektiven für Europa. Nur wo Licht ist, ist auch Schatten. *Bdvb aktuell (Aus Wirtschaft und Gesellschaft)*, Nr. 136, p. 24-30, 2017.

WILHELM, Karin. "They help to weave the veil": Edgar Salin and the Israel Economic and Sociological Research Project. In: BEN-RAFAEL, Eliezer; SCHOEPS, Julius H; STERNBERG, Yitzhak; GLOECKNER, Olaf. *Handbook of Israel: Major Debates*. Berlin: Mendelssohn Foundation, p. 1134-1160, 2016.

WYPLOSZ, Charles. Viewpoint. The Euro's finest Hour? *Finance & Development*. Vol. 46, n. 2, p. 22-24, 2009.